



Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

www.cmbj.mg.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 5 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos no âmbito do município Bom Jardim de Minas, para os eleitores convocados e nomeados, que tenham prestado serviço eleitoral, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1º São isentos do pagamento de valores, a título de inscrição nos concursos públicos realizados pela administração pública direta e indireta, autarquias, fundações públicas e entidades mantidas pelo Poder Público Municipal, os eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral de Minas Gerais que prestarem serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e à apuração de eleições oficiais, em plebiscitos ou em referendos.

§ 1º Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de:

- I - Presidente de mesa, primeiro e segundo mesários, secretários e suplentes;
- II - Membro, escrutinador e auxiliar de junta eleitoral;
- III - coordenador de seção eleitoral;
- IV - Secretário de prédio e auxiliar de juízo;
- V - Designado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aquele destinado à preparação e montagem dos locais de votação.

§ 2º Entende-se como período de eleição, para os fins desta Lei, a véspera e o dia do pleito e considera-se cada turno como uma eleição.

Art. 2º Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não.

Parágrafo único. A comprovação do serviço prestado será efetuada através da apresentação de documento expedido pela Justiça Eleitoral, no ato da inscrição, contendo o nome completo do eleitor, as funções desempenhadas, o turno e as datas das eleições.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS
PROT. Nº 13.20-0043

DATA 05 05 2020

13.20-0043



Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

www.cmbj.mg.gov.br

Art. 3º O benefício de que trata esta Lei será válido por um período de dois anos, a contar da data em que a ele fez jus.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas, 05 de maio de 2020.

RITA MARIA DE ALMEIDA

Presidente

JOÃO ATARCISO MARTINS MACHADO

Vice-Presidente

SEBASTIÃO FLÁVIO DE PAULA

Secretário



Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

www.cmbj.mg.gov.br

JUSTIFICATIVA

Considerando que o projeto de valorização dos mesários visa a fomentar benefícios aos eleitores que atuarem como mesários em todo Estado de Minas Gerais e, com isso, diminuir as dificuldades nos trabalhos de convocação e nomeação de eleitores para a prestação de serviços de preparação, execução e apuração de eleições oficiais, eleições suplementares, plebiscitos e referendos.

Considerando que alguns estados e municípios já editaram legislação com a finalidade de isentar pagamento de taxas, em concurso público, aos cidadãos convocados pela Justiça Eleitoral.

Considerando que a valorização destes colaboradores da Justiça Eleitoral baseia-se na captação de mesários mais qualificados e que a concessão de tal benefício revela-se como justa forma de reconhecimento à contribuição dos cidadãos que se prestam a exercer tão importante e imprescindível função no processo democrático brasileiro.

Bom Jardim de Minas, 05 de maio de 2020.

RITA MARIA DE ALMEIDA

Presidente

JOÃO ATARCISO MARTINS MACHADO

Vice-Presidente


SEBASTIÃO FLAVIO DE PAULA
Secretário